

● *Tema da Semana*

MUDANÇAS NA SEGURIDADE SOCIAL

Saúde e qualidade de vida terão programas permanentes. Questionário é o primeiro passo para conhecer as realidades dos servidores e preparar as mudanças

Os órgãos de recursos humanos e os servidores públicos federais estão sendo consultados para que o governo dê o pontapé inicial e implante uma série de novos programas de saúde e de qualidade de vida em favor dos servidores federais. A idéia é adotar uma visão de saúde investindo mais na prevenção, e não apenas no acompanhamento de casos de doenças já existentes.

A decisão política é fruto das discussões em curso na Comissão Temática de Seguridade Social, instância da Mesa Nacional de Negociação Permanente que reúne governo e servidores, e que decide as prioridades na área. Colocar as medidas em prática, porém, é missão da recém-criada Coordenadoria de

Seguridade Social da Secretaria de Recursos Humanos, que de acordo com seu regimento interno, tem justamente o papel de implementar as novidades.

Como início dos trabalhos, a Coordenação de Seguridade está enviando dois tipos de questionários: um para todos os órgãos de recursos humanos, e outro diferente para todos os servidores federais. Os dados obtidos serão posteriormente cruzados com a finalidade de se ter um quadro real da saúde do servidor, com informações importantes, que vai de uma simples consulta médica a um tratamento de saúde mais complicado. De imediato, o questionário que você vai responder sinalizará os rumos dos novos projetos na área de seguridade social (conceito que engloba saúde, previdência e assistência social).

Por isso é importante sua opinião. Basta que você entregue as respostas do seu questionário no setor de recursos humanos ou de pessoal do seu órgão o quanto antes. Detalhe importante: não é necessário se identificar. Quem preferir, poderá responder via e-mail pela página do servidor ou diretamente pelo endereço eletrônico deste boletim. Na próxima edição do CONTATO, enviaremos em anexo o questionário. Aguarde!

Fala Servidor!

CARO LEITOR

Estamos criando a partir desta edição do CONTATO o Fala Servidor! - um espaço aberto para que você tenha a oportunidade de publicar suas opiniões, críticas e sugestões a respeito dos temas abordados pelo boletim ou de outros assuntos que sejam de interesse comum dos servidores. Portanto, não deixe de escrever sempre para contato.srh@planejamento.gov.br.

Senhor editor,

Sou funcionária pública federal lotada no INSS, fisioterapeuta de formação profissional, com pós-graduação em Traumatologia-Ortopedia e Reeducação Postural Global, com experiência na área a qual o Programa Saúde do Trabalhador deseja atuar, isto é, LER/DORT, estresse, controle da depressão, elevação da auto-estima, entre outras.

Recebi o boletim CONTATO noticiando a preocupação com a aposentadoria por invalidez, e como profissional da área, concordo plenamente com a preocupação e gostaria de aproveitar a ocasião e colocar-me à disposição desta Secretaria para colaborar no Programa de Saúde do Trabalhador, sem ônus para o governo.

Agradeço antecipadamente,
Ismenia Lúcia Magalhães
Fisioterapeuta

Prezada Ismenia,

Estamos no momento reunindo pessoas interessadas em participar do projeto da Coordenação de Seguridade Social, que está sendo instalada na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Esta coordenação terá a missão de implantar a política nova de seguridade para o servidor, conforme você pode comprovar na reportagem principal da semana neste boletim (ver *Mudanças na Seguridade Social*).

A intenção é mesmo implantar uma nova visão de promoção à saúde, e não apenas tratar os agravos. Queremos inclusive rever critérios dos serviços de saúde suplementar (planos de saúde), e criar um arcabouço jurídico que conceda aos servidores estatutários outros benefícios previdenciários, que não apenas a aposentadoria por invalidez como acontece hoje.

Além disso, vamos estimular, sim, os programas de prevenção ao estresse relacionado ao trabalho, de dependências químicas e outros, tendo sempre em mente a definição de saúde da OMS, que diz: "saúde é uma condição de bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a ausência de doença".

Negociação

EDUCAÇÃO CRIA MESA COM SERVIDORES

Autonomia universitária, carreira acadêmica e questões salariais serão temas abordados

É aberto mais um canal de diálogo entre governo e servidores! Com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque, do secretário da Educação Superior, Carlos Antunes, e da Educação Média e Tecnológica, Antônio Ibañez Ruiz, foi instalada no dia 23, a Mesa Setorial de Negociação do MEC. A mesa da educação, como ela é chamada, foi criada para facilitar o diálogo entre o governo e os servidores. As mesas setoriais são um desdobramento da Mesa Nacional de Negociação Permanente, coordenada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e serviu de base para que cada ministério tenha a sua mesa para tratar de assuntos específicos. A Mesa de Educação vai tratar inicialmente de temas relativos ao ensino superior, médio e tecnológico.

De acordo com o subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, Sylvio Petrus, o regimento da Mesa Nacional de Negociação será usado como base na condução e na organização dos trabalhos. Entre os assuntos que serão tratados, estão autonomia universitária plena, mudança no estatuto dos centros federais de Educação Tecnológica, escolha dos dirigentes das universidades, carreira acadêmica e questões salariais dos professores. Ao identificar as entidades presentes à instalação, o ministro Cristovam Buarque sugeriu que sejam incluídos à mesa representantes do Governo Federal, de instituições estaduais, municipais e das universidades privadas. "A mesa deve ir além da relação patrão/trabalhador", ressaltou o ministro.

Estiveram presentes à solenidade de instalação da mesa representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público (Condsef) e do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional (Sinasefe).

Tire suas Dúvidas

INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

Servidor efetivo ou comissionado tem direito ao benefício

Quem for exonerado do serviço público, ainda que não tenha completado doze meses no cargo, tem direito a receber férias proporcionais aos meses trabalhados na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou a fração superior a quatorze dias. Isso acontece independentemente do servidor desligado ser efetivo ou comissionado. A garantia está expressa no artigo 78 da Lei nº 8.112/90, que reconhece a indenização de férias como um direito do servidor.

MAIORIDADE CIVIL

Nova lei reduz a idade e corta gastos com ajuda de custo

Por causa da alteração na maioridade civil (de 21 para 18 anos), algumas dúvidas surgiram quanto ao pagamento de ajuda custo para servidores que têm filho dependente com idade inferior a 21 anos. A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento esclarece que, para efeito de concessão da ajuda de custo de que trata o Decreto 4.004/01, considera-se dependente do servidor somente o filho com idade inferior a 18 anos. Enquadra-se também na mesma situação o enteado ou o menor que viva sob a guarda e o sustento do servidor até que ele atinja a maioridade (18 anos), exceto casos de filho inválido ou estudante de nível superior menor de vinte e quatro anos, desde que não exerça atividade remunerada.

Saiba Mais

<http://www.previdenciasocial.gov.br>
<http://www.brasil.gov.br/emquestao/indice.htm>
 e-mail: cartas-df@df.previdenciasocial.gov.br

Fique atualizado sobre as ações mais importantes do governo federal: medicamentos mais seguros, combate à lavagem de dinheiro, reforma agrária, fome zero e muito mais. Escreva para emquestao@secom.planalto.gov.br e assine.

em questão

Expediente: O boletim eletrônico **CONTATO** é um informativo dirigido aos servidores públicos federais. Ele é editado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para sugestões, perguntas ou para cancelar o recebimento deste boletim, escreva para contato.srh@planejamento.gov.br.